## Opinião do GLOBO

# Avanço da IA exige respeito a direito autoral

*Empresas digitais deveriam remunerar criadores antes de usar seus conteúdos para treinar modelos*

Empresas que lideram a corrida da inteligência artificial generativa (IA-Gen) anunciaram nesta semana novos serviços que comprovam o avanço avassalador no setor. Primeiro, a OpenAI, criadora do popular ChatGPT, lançou uma nova versão de seu modelo capaz de simular comportamento humano de modo ainda mais impressionante. Batizado GPT-4o, ele é capaz de interpretar em tempo real voz, imagens, equações e programas de computador, respondendo em 50 idiomas (um dos recursos mais básicos permite usá-lo como intérprete).

Nem haviam passado 24 horas, o Google — principal concorrente da OpenAI com seu modelo Gemini — também anunciou novidades. As respostas de seu onipresente mecanismo de busca passarão a ser alimentadas pela IA-Gen. Com isso, diz a empresa, será possível obter respostas mais rápidas e precisas. Os links só aparecerão depois do resumo elaborado pelo Gemini.

São incalculáveis os ganhos potenciais propiciados por avanços no campo da IA-Gen. Empresas dos mais variados setores ainda tentam entender como a nova fronteira será usada para aumentar a produtividade. Trata-se, sem dúvida, de conquista sem paralelo para a humanidade, outrora só imaginável em filmes de ficção científica.

Todo o entusiasmo, porém, deve estar acompanhado de cautela. Como costuma acontecer nessas situações, o arcabouço legal e jurídico não tem acompanhado o passo dos avanços na tecnologia. E isso pode surtir efeitos deletérios em diversas atividades. Os casos mais óbvios são o jornalismo profissional e demais produtores de conteúdo. Para "aprender", os modelos de IA-Gen usam textos, imagens, áudios e vídeos de forma indiscriminada sem remunerar seus autores. Em sua nova iniciativa, o Google nem sequer se preocupou em dar destaque às fontes de informação usadas em suas respostas.

Mesmo que tivesse dado, isso poderia ser inócuo. "Se não há acesso ao conteúdo original, não há clique. Sem o clique, não há publicidade e não há receita", disse ao GLOBO Marcelo Rech, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ). "A tendência é haver mais escassez de receita digital para os veículos de comunicação." Empresas já sujeitas ao parasitismo das redes sociais estariam ainda mais sufocadas.

Para garantir a sustentabilidade do jornalismo e de outros negócios de produção de conteúdo, a ANJ defende que os desenvolvedores de IA negociem com produtores antes de se apropriar do conteúdo. Sem diálogo, a perspectiva é a judicialização. Nos Estados Unidos, o New York Times entrou com processo contra OpenAI e Microsoft, porque milhões de artigos foram surrupiados sem autorização para treinar o ChatGPT. Escritores como Jonathan Franzen e John Grisham também acionaram a Justiça. Não deveria haver divergência sobre como a legislação de direitos autorais se aplica a tais casos, de todo modo uma regulação específica precisa reforçar a prerrogativa dos criadores de autorizar todo uso de suas obras por modelos de IA-Gen.

Avanços tecnológicos sempre trazem ganhos de produtividade. Mas progresso, entendido como bem comum, nunca foi algo automático. As conquistas resultam das inovações, mas também de legislação protegendo o interesse da coletividade. É preciso lembrar a lição da História no caso da IA-Gen. Zelar pela imprensa profissional é cuidar de um pilar insubstituível de regimes democráticos.

# Brasília atrapalha integração com governos locais ao politizar a tragédia

*Medidas anunciadas por Lula vão na direção certa, mas seu uso político prejudica ajuda à população atingida*

Em sua terceira visita ao Rio Grande do Sul desde as chuvas que devastaram o estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou uma secretaria extraordinária, comandada *in loco* pelo ex-ministro da Secretaria de Comunicação Paulo Pimenta. O objetivo, diz o Planalto, é facilitar a articulação entre os governos federal, estadual e dos 497 municípios gaúchos.

Não se discute a prementa necessidade de criar canais para dar celeridade às decisões envolvendo os três níveis de governo na assistência às vítimas e na reconstrução. Mas a nomeação de Pimenta, candidato potencial ao governo do Rio Grande do Sul pelo PT sem experiência na gestão de catástrofes, transparece mais oportunismo político que preocupação genuína com a população que perdeu tudo e, mais que nunca, depende da ajuda do Estado.

Em entrevista ao GLOBO, Pimenta afirmou que sua missão é institucional. "Nunca perguntei partido de prefeito, nunca perguntei partido de vereador", disse. Mas, nos últimos dias, veio à tona o diálogo de surdos dele com um prefeito oposicionista em torno de ajuda federal ao município, em que ambos pareciam mais preocupados em gravar a ligação para repercutir nas redes sociais do que com as necessidades reais. A oposição interpretou a escolha de Pimenta como uma iniciativa do Planalto para se contrapor às ações do governador Eduardo Leite (PSDB). Até petistas admitem isso reservadamente.

O perfil de Pimenta como agente político é evidente no governo Lula. Dias atrás, incomodado com questionamentos à resposta às chuvas, ele pediu que o Ministério da Justiça apurasse a difusão de desinformação sobre a tragédia. Mas vários exemplos apresentados não passavam de críticas ao Planalto. Espera-se que, na nova missão, ele baixe as armas.

Enquanto o governo prega maior articulação, na prática assiste-se a conflitos entre ministros, cada um querendo ganhar protagonismo. O próprio Lula enquadrou a equipe, recomendando que conversassem com a Casa Civil antes de divulgar qualquer iniciativa. O desencontro só serve para deixar a população mais desorientada em meio a problemas longe de resolvidos.

O governo precisa manter o foco na ajuda às vítimas e na reconstrução. O cenário já está demasiadamente tumultuado pelas dificuldades logísticas, pela desinformação e disputa de narrativas nas redes sociais, por saques a casas desocupadas, por discussões inoportunas (como a tentativa prematura de adiar as eleições municipais no estado) e pelo compreensível desafio de articulação com quase 500 prefeitos.

As medidas tomadas até agora pelo governo são corretas e necessárias. Nos últimos dias, Lula anunciou um auxílio para cerca de 200 mil famílias, a incorporação de 20 mil novos beneficiados ao Bolsa Família e a construção de imóveis do Minha Casa, Minha Vida para desabrigados. Mas politizar a tragédia só atrapalha. Além de ser um desrespeito às vítimas, cria arestas entre governos federal, estadual e dos municípios — a maioria administrados por políticos de oposição. O efeito é contrário à pretendida articulação.

## Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

# Não há protagonismo sobre escombros

A tragédia do Rio Grande do Sul é um epílogo de décadas de descaso com prevenção a desastres, com medidas recentes que retiraram recursos para dotar o estado de mais resiliência a intempéries, a despeito de o histórico e a situação geográfica sugerirem a tendência de que sejam recorrentes e severas, e com o afrouxamento do arcabouço ambiental que poderia reforçar a proteção a esses eventos.

O resultado é um estado destruído e submerso. Pensar que governantes possam cometer, além de todo esse histórico de erros, a bobagem de buscar protagonismo no manejo do caos é imaginar que sejam suicidas. Não costuma ser uma característica dos políticos. A cautela é necessária num momento em que não se tem a mais vaga ideia da quantidade de recursos e do tipo de ação que serão necessários para tirar o Rio Grande do Sul dos escombros.

A pasta extraordinária criada por Lula para centralizar os esforços federais, cobrar as demais pastas, tentar combater a burocracia para facilitar a chegada dos recursos e fazer a ponte com o governo do estado e as prefeituras é uma ideia que, se bem implementada, pode representar ganho em termos de agilidade e presença efetiva do governo central na unidade da Federação engolfada pelas cheias.

A desconfiança com que foi recebida a escolha de Paulo Pimenta para a missão decorre do temor de que a disputa política se sobreponha a esses objetivos concretos. Era previsível que um político com ligação com o estado fosse levantar a mão quando a ideia de criar o posto surgiu. Justamente por isso teria sido mais prudente da parte do presidente descartar essa possibilidade, destacando para a missão alguém com menos envolvimento político e emocional com o solo gaúcho.

***Pimenta pode expor o presidente num estado que, a despeito do passado petista, hoje tem perfil mais à direita***

Uma vez nomeado, cabe a Pimenta entender quão delicado é o momento. Como escrevi neste espaço na quarta-feira, a tragédia no Rio Grande do Sul pode representar para Lula uma avaliação definitiva de seu terceiro mandato, como a pandemia foi para Jair Bolsonaro — no caso do ex-presidente, foi um fator a definir sua derrota.

Caso se lance numa disputa política com o governador Eduardo Leite, Pimenta exporá Lula num estado que, a despeito do passado petista, hoje tem perfil eleitoral mais à direita, refratário ao partido. Seria insanidade imaginar que o posto avançado possa de alguma maneira "rivalizar" com o governo local na definição das prioridades e das políticas públicas para reconstruir o estado.

A ala mais moderada do PT acredita que, ao prontamente se colocar em campo com toda a equipe ministerial, em ação articulada com os demais Poderes, Lula percebeu a gravidade da tragédia gaúcha e entendeu que é preciso ter uma resposta local rápida e reposicionar seu governo no enfrentamento da emergência climática. A maneira como isso dialogará com outras prioridades da administração e com a velha, mas ainda hegemônica, visão de um Estado forte, indutor de pesados investimentos em infraestrutura, ainda é uma incógnita.

A tempestuosa troca de comando na Petrobras em meio ao caos é um desses momentos em que o discurso de reconhecimento da gravidade da crise ambiental será testado na prática: afinal, o que o governo decidirá sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, com todo o impacto ambiental que trará e a oposição clara de Marina Silva e seu time à abertura de uma nova fronteira de extração de combustível fóssil vizinha à Amazônia? Como isso condiz com a necessidade de avançar de forma mais firme e rápida na transição energética, prioridade muito falada, inclusive na campanha, mas pouco executada?

São esses os desafios reais do governo diante do colapso gaúcho. Num cenário tão adverso e imprevisível, a última coisa a pensar é em protagonismo. Até porque a chance de o protagonista neste filme ser o vilão, se não agir com sabedoria, é gigantesca.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Cotos Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariborn Dias Lopes - ariborn.a.dias@oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Ribeiro - marcelo.ribeiro@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - andre.sarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.c.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Giulari - cgiulari@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Ribeiro - ribeiro@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cruz - veracruz@oglobo.com.br
Bairros: Victor Calmon Filho - calmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Maurício Xavier (interino) - mauricio.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 6,50 (MG e ES: R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contratos para colaborações de muito curta duração ou assuntos. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4356 Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX CREDIT
A marca do consumidor consciente
Leia mais e fique por dentro do FSC
CARBON FREE